

TEORIA CRÍTICA E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR FLEXÍVEL:
CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO
Moacir Fernando **Viegas** – UNISC

Talvez pela predominância do taylorismo-fordismo no século XX, a teoria, em geral, dedicou pouca atenção à reflexão sobre a emancipação como um processo possível de ser experienciado no âmbito das relações de produção. Emancipação foi, com poucas exceções, pensada apenas nos grandes momentos revolucionários, e mesmo assim marcada, a nosso ver, mais pelo papel proeminente das organizações sindicais e partidárias do que pela organização operária autônoma propriamente dita, deixando de ser, portanto, auto-emancipação, sua única forma autêntica (LUKES, 1991, p. 125). Assim, a impressão predominante tem sido a de que o cotidiano da produção constituiu-se num ambiente de pura alienação, completamente refratário à possibilidade de uma experiência verdadeira. Essa maneira de compreender o ultimamente chamado “mundo do trabalho” ignora, a nosso ver, a contradição, especialmente a luta de classes que se desenvolve nos filigranas do cotidiano do trabalho, onde estão a produzir-se, em todos os momentos, possibilidades de uma legítima autonomia.

Aparentemente isso tem mudado um pouco nas últimas duas décadas, com o advento da economia informacional. O fato de que a produção, ao menos tendencialmente e em grandes setores da economia, passa a depender de forma mais intensa da intervenção ativa dos trabalhadores, através de seus conhecimentos tácitos, de seus saberes subjetivos, poderia significar que, no novo paradigma produtivo, os trabalhadores tenham maiores condições de expressar sua subjetividade, superando o acomodamento e atitude passiva do taylor-fordismo. Maior participação da subjetividade implicaria, na prática do trabalhador flexível, novas possibilidades de emancipação, em comparação com seu antecessor taylorista, escravo da adaptação, inserido no reino da objetividade.

O que desejamos discutir é a validade dessa idéia. Em que medida pode se dizer que existe de fato, no labor do trabalhador flexível, maiores possibilidades de emancipação? Estaria aí uma mudança de direção naquilo que Gramsci afirma que “todos os homens são intelectuais”, no sentido de uma maior utilização da intelectualidade do que de habilidades mecânicas e sem reflexão? E, nesse sentido, de que tipo de intelectualidade se trata? Do exercício de uma subjetividade que é apenas uma nova forma de apropriação, pelo capital, das capacidades dos trabalhadores? Ou

haveria aí possibilidade de maior autonomia em detrimento da adaptação? Há alguma mudança no que se refere ao “mundo administrado”? Apresentam-se novas possibilidades de realizar experiências? Em síntese, essa maior expressão da subjetividade dos trabalhadores pode resultar em ações emancipatórias, ou ela é totalmente presa do controle e assim a força de trabalho manifestará novas e criativas formas de produzir, que apontam para processos emancipatórios, mas que, nas condições capitalistas, serão sempre apropriadas pelo capital?

A teoria crítica é cética a respeito das possibilidades emancipatórias da tecnologia. Para Marcuse (1973), a tecnologia capitalista converteu-se em legitimadora de si mesma, e, portanto, ideologicamente comprometida com a manutenção da ordem estabelecida, pelos seus fins intrínsecos, e a emancipação teria que ser precedida da criação de outro tipo de tecnologia. Horkheimer (1991) denunciou o atrelamento da ciência e da tecnologia à práxis tradicional e alienada. Por outro lado, a teoria crítica afirma que sem uma mudança nas relações sociais de produção as transformações não virão, dados os limites do esclarecimento subjetivo.

Entendemos que a teoria crítica pode contribuir para a análise da formação do “trabalhador flexível”, e isso justamente porque uma de suas contribuições tem sido a discussão sobre as relações entre a objetividade e a subjetividade, entre formação social e consciência e as possibilidades e limites da emancipação aí situadas. Como afirma Maar:

Da formação na e para a práxis à formação cultural, a Teoria Crítica da Sociedade constitui em grande parte uma reflexão acerca da experiência formativa propiciada nos termos do trabalho social em sua configuração capitalista. A constituição das relações sociais a partir da produção material é um parâmetro explicativo comum aos frankfurtianos; mas esta centralidade do trabalho formativo se torna um núcleo para a teoria crítica justamente na medida em que se torna problemática. Essa crise da formação pelo trabalho ocorre na época histórica dos desdobramentos da ordem social liberal. Assim, educação, cultura, formação social da subjetividade e demais temas conexos em suas versões frankfurtianas devem ser localizados nos parâmetros da problematização deste modelo formativo nos termos do trabalho social (1997, p. 47).

A ênfase dada à análise superestrutural pela teoria crítica pode ser entendida como uma valorização do campo cultural e ideológico. Essa ênfase mantém, no entanto, o trabalho social como pressuposto teórico, numa “dinâmica de recíprocas determinações entre cultura e formação social” (MAAR, 1997, p. 52). Além disso, por

mais desmistificadoras que sejam as análises do campo cultural, a transformação prescinde de uma mudança real nas condições objetivas, e daí a necessária continuidade da crítica das relações sociais de produção. Como afirma Adorno, “quando de maneira objetiva se pretenda contrapor algo a um perigo objetivo, nenhuma idéia pura, nem mesmo as de liberdade e de humanidade, assumem grande significado para os homens nessa forma abstrata (ADORNO, 2000, p. 33).

Entendemos a contradição entre classes sociais como uma realidade inerente às relações de produção. Desse modo, não existe unilateralidade nos processos verificados em sua materialização, ou seja, não existe um determinismo absoluto da ação dos trabalhadores. Eles contrapõem práticas e pensamentos originais, os quais, embora o capitalismo vise sempre apropriar, podem possuir em si mesmos conteúdos emancipatórios.

Tendo como base a categoria da contradição, centraremos nossa discussão em quatro eixos de análise, que são categorias desenvolvidas pela teoria crítica, especialmente por Adorno: a) mundo administrado; b) tensão entre adaptação e autonomia; c) experiência e d) semicultura. Apoiaremos também em dados empíricos de pesquisas que realizamos sobre práticas de ampliação da escolaridade nas empresas.

1 O MUNDO ADMINISTRADO NA ECONOMIA INFORMACIONAL

Segundo o Dicionário Aurélio, iniciativa é a “ação daquele que é o primeiro a propor e/ou empreender uma coisa (...). Qualidade daquele que sabe agir, que está disposto a empreender, ousar” (FERREIRA, 1975, p. 767). Se na economia informacional exige-se mais iniciativa do trabalhador, devemos nos perguntar de que tipo de iniciativa se trata. Se nessa iniciativa o trabalhador é o “primeiro a propor uma coisa”, em que contexto se dá essa proposição? A maior iniciativa dos trabalhadores abre a possibilidade de “resguardar o que lhe vem da natureza”, mas até que ponto essa maior iniciativa está atrelada ao aumento da produtividade, sendo, portanto, uma iniciativa administrada?

Nada mais adequado para expressar uma sociedade em que é extremamente difícil escapar das “malhas da socialização”, do que o conceito de “mundo administrado”. Essa compreensão era aparentemente muito mais verdadeira quando do

predomínio do taylorismo-fordismo, que, como se sabe, impregnou a racionalidade do todo social, buscando relegar a um segundo plano a intelectualidade dos trabalhadores. Nas palavras de Taylor, a iniciativa do trabalhador deveria obter-se “com absoluta uniformidade e em grau muito maior do que é possível sob o antigo sistema” por meio da gestão dos supervisores, que passam a centralizar todo o conhecimento (TAYLOR, 193, p. 22). Trata-se, portanto, de uma iniciativa mecânica e heterônoma.

Entendemos que, nos dias de hoje, por trás da aparente desordem da economia informacional, subjaz, ainda mais forte, a razão instrumental. Para Castells, por exemplo, “a economia informacional global é, sem dúvida, uma economia muito politizada, e a grande concorrência de mercado em escala global ocorre sob condições de comércio administrado” (CASTELLS, 1999, p. 115). O que a economia informacional permite é que a administração dos negócios possa dar respostas com extrema rapidez, o que, forçando os sujeitos à rápida adaptação, sem tempo para refletir, dá a impressão aparente de caos e indeterminação.

Nesse contexto, a indústria cultural expandiu ainda mais seu espectro de atuação e a “volatilização” do tempo de trabalho tem contribuído para uma certa confusão entre a administração do tempo livre e a do trabalho propriamente dito. Com efeito, se em muitas profissões é hoje difícil saber quando se está trabalhando ou não, é também difícil saber quando se está aprendendo para o trabalho, pois os novos requisitos de formação implicam um compromisso mais amplo do trabalhador com a produção, confundindo essa prática com a desempenhada exclusivamente pela indústria cultural, a qual, ao que tudo indica, avançou na tentativa de ocupar “os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noitinha, até a chegada no relógio do ponto na manhã seguinte” (ADORNO apud PUCCI, p. 94).

Nas relações sociais de produção, se antes se tratava de administrar tempos e movimentos físicos dos trabalhadores, a questão hoje é como gerir suas iniciativas intelectuais. Castells (1999) destaca que a interatividade dos sistemas de inovação tecnológica implica sua dependência de ambientes propícios para a troca de idéias, problemas e soluções, para que a aprendizagem e a difusão do conhecimento se realizem. A produção desse ambiente, criado com o apoio de técnicas de relações humanas, revela que a “liberação” da subjetividade dos trabalhadores ocorre no contexto de sua administração para o aumento da produtividade.

Nonaka e Takeuchi (1997) usam o jogo de rúgbi como metáfora para explicar o envolvimento dos trabalhadores com a produção. Explicam eles que, no rúgbi, “a bola passa de um jogador para o outro à medida que o time avança no campo, como uma unidade”. Nas empresas japonesas,

a bola que é passada de um jogador para o outro encerra a compreensão compartilhada da razão de ser da empresa, o rumo que está tomando, em que tipo de mundo quer viver e como tornar esse mundo realidade. *Insights*, intuições e pressentimentos altamente subjetivos também são levados em consideração. É isso o que a bola contém – ou seja, idéias, valores e emoções (1997, p. 11).

Acontece que embora os trabalhadores tenham certa flexibilidade na condução da “bola”, o conteúdo da mesma, ou seja, “a razão de ser da empresa”, é predefinido. Dessa forma, como diz muito bem Zarifian (1999), a prescrição, nas tecnologias informacionais, não desaparece. Ela passa da execução manual das tarefas para aspectos subjetivos do trabalho, como a missão da empresa, a qual a iniciativa do trabalhador está, portanto, subordinada.

O “mundo administrado” fica muito bem expresso nos programas de qualidade total desenvolvido pelas empresas. Um suplemento da Folha de São Paulo lançado em 1994 apresentava os “mandamentos da qualidade”. Segundo esse suplemento, novas atitudes, valores, objetivos, compõem estes mandamentos ou “princípios”. Os mesmos devem ser adotados “não pela simples imposição (o que não funciona), mas pelo convencimento, convicção e aceitação de todos”:

É possível ter o máximo controle sobre os empregados, determinar normas rígidas, supervisionar, fiscalizar. Mas nada será tão eficaz quanto o espírito de colaboração e a iniciativa daqueles que acreditam em seu trabalho... As pessoas são a matéria-prima mais importante nas organizações produtivas. Nela, passam a maior parte do tempo útil de suas vidas, onde buscam não apenas remuneração adequada, mas espaço e oportunidade de demonstrar suas aptidões, participar, crescer profissionalmente e ver seus esforços reconhecidos. Satisfazer tais aspirações é multiplicar o potencial de iniciativa e de trabalho do ser humano (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994).

Os mandamentos falam também em “eliminação do medo”, o que pressupõe ouvir sempre o que pensam os “subordinados”. O que se percebe nesses “mandamentos” é um alto grau de prescrição. Isto se expressa na linguagem utilizada, como, por exemplo, quando se fala em *eliminação* do medo. Não basta ter menos medo,

é preciso eliminá-lo, assim como não se pode errar. Diferentemente do taylorismo-fordismo, no entanto, a prescrição, nesse caso, não está ligada à execução das tarefas, e sim a princípios, valores e atitudes.

Os defensores da qualidade total apostam no desejo de maior envolvimento, participação e iniciativa dos trabalhadores. Afirmam que se equivocam aqueles que pensam que estes preferem a rotina “à novas formas de trabalhar”, e que, pelo contrário, os *colaboradores* “são ávidos pela transformação, pela novidade”.

No tipo de formação aí presente sobra pouco para a espontaneidade. O espírito, como afirma Adorno, não passa de um meio para o aumento da produtividade e é administrado:

A formação cultural controlável, que se transformou a si mesma em norma e em qualificações equivale à cultura geral que se degenera no palavrório dos vendedores. O momento de espontaneidade, tal como glorificado nas teorias de Bergson e nos romances de Proust, e tal como caracteriza a formação enquanto algo distinto dos mecanismos de domínio social da natureza, se decompõe na agressiva luz das avaliações (ADORNO, 2000, p. 399).

Mas nos parece discutível a afirmação de Adorno de que “frente à preponderância de fato das condições objetivas” essa espontaneidade aparece “de antemão como nula” (ADORNO, 1995, p. 209). Ocorre que tais processos de formação prescindem de algum grau de espontaneidade dos trabalhadores. O desejo de ir além do uso de habilidades mecânicas que reprimem qualquer emoção e o uso maior da intelectualidade presumido pelos gestores da formação é real. Sennet, analisando histórias de vida de trabalhadores, mostra como a juventude, especialmente, possui essa avidez pela mudança, a ponto de trazer dificuldades para os capitalistas conseguirem mantê-los no trabalho e em suas funções. Ele cita o alto executivo de uma empresa: “quando eles me dizem que não há futuro aqui, pergunto o que querem. Não sabem; me respondem que não se deve ficar preso num lugar”. Desse modo, a “cultura do risco” parece fazer parte da consciência da juventude atual: “a moderna cultura do risco é peculiar naquilo que não se mexer é tomado como sinal de fracasso, parecendo a estabilidade quase uma morte em vida. O destino, portanto, conta menos que o ato de partir” (SENNET, 1999, p. 102).

Analisando a obra de Adorno, Pucci afirma que os trabalhadores podem resistir, em função de seus reais interesses, não se deixando integrar totalmente no sistema. Eles são capazes “de reagir, de afirmar sua subjetividade, de usar da indústria cultural ao seu

serviço” (PUCCI, 1997, p. 95). Adorno afirma que “se vislumbra aí uma chance de maioria que em definitivo poderia contribuir para que o tempo livre se transforme rapidamente em liberdade” (apud PUCCI, 1997, p. 85).

A nosso ver essa “chance” não deveria ser reservada apenas ao “tempo livre”, justamente porque isso excluiria as reações no âmbito das relações de produção.

2 A TENSÃO ENTRE OS MOMENTOS DA ADAPTAÇÃO E DA AUTONOMIA NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR FLEXÍVEL

Uma das questões centrais abordadas por Adorno em Teoria da Semicultura é a necessária tensão entre adaptação e autonomia. Afirma ele, que, no projeto de formação do iluminismo, “havia um duplo propósito: obter a domesticação do animal homem mediante sua adaptação interpares e resguardar o que lhe vinha da natureza, que se submete à pressão da decrépita ordem criada pelo homem” (ADORNO, 1996, p. 390). Essa tensão é, portanto, inerente à existência humana e necessária ao processo de socialização. Como esclarece Pucci,

O conceito de Bildung revela a tensão entre as dimensões: autonomia, liberdade do sujeito e sua configuração à vida real, adaptação. Já no idealismo hegeliano significava a trajetória de estranhamento e reapropriação entre o espírito e o mundo, com seu objeto. Ser autônomo sem deixar de se submeter; submeter-se sem perder a autonomia. Aceitar o mundo objetivo, negando-o continuamente; afirmar o espírito, contrapondo-lhe a natureza. É essa tensão constitutiva da cultura enquanto instrumental negativo e emancipador do sujeito que Adorno quer reavivar em pleno capitalismo tardio. Absolutizar um qualquer de seus pólos antagônicos e complementares significa negar-lhe a potencialidade e mesmo a realidade (PUCCI, 1997, p. 90).

Comentando a ambiguidade do conceito de educação para a consciência, Zuin diz que a mesma faz parte do processo de formação da autoconsciência, ao qual subjazem os momentos de adaptação e inadaptação, e que a mesma representa “o cerne do processo de educação emancipatória e da própria construção da experiência formativa”. A etapa da adaptação é necessária e “diretamente responsável pela intervenção humana na realidade e pela consciência dos limites das ações individuais”, mas é preciso questionar, segundo o autor, de que tipo de adaptação se trata (ZUIN, 1997, p. 119). Pois o problema é que no entendimento da cultura como conformação à “vida real”, “ela destacou unilateralmente o momento da adaptação, e impediu assim

que os homens se educassem uns aos outros” (ADORNO, 1996, p. 390). Na história da formação, o peso sempre caiu mais para o lado da adaptação.

Discutindo o fascismo, Adorno afirma que a organização econômica leva a maioria “à dependência ao existente, que foge a qualquer controle, e à minoridade”. A opção pela vida implica necessariamente a adaptação à realidade tal como se apresenta: “se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a idéia de democracia...” (ADORNO, 2000, p. 43).

Nas relações de produção capitalistas, essa assertiva não poderia ser mais verdadeira e na atualidade recebe contornos particulares. A adaptação dos trabalhadores ao trabalho na manufatura constituiu, no início, uma tarefa árdua para a burguesia, pois implicou formas completamente novas de relações sociais de produção, de relação dos trabalhadores com o espaço e o tempo. Não foi à toa que os primeiros operários das fábricas foram buscados nas prisões e nas ruas, e mesmo assim a resistência era tanta que muitos tinham que ser acorrentados. Ou seja, as tentativas de adaptação dos trabalhadores às relações de produção capitalistas sempre tiveram que lidar com o problema da autonomia. E a adaptação nunca foi “total”, como demonstra a histórica resistência ao taylorismo-fordismo, a qual, por sinal, contribuiu decisivamente para a sua crise e superação.

Nas últimas décadas, com o “trabalhador flexível”, o problema da tensão entre adaptação e autonomia no trabalho adquire novos contornos, e a formação precisa ser ressituada. A exigência de maior participação da subjetividade dos trabalhadores complexificou-a e, dada a velocidade das mudanças, os trabalhadores têm que permanecer estudando e desenvolver habilidades subjetivas muitas vezes de difícil definição, como é o caso das chamadas “competências”. Nesse processo, novamente sobra pouco espaço para a autonomia e a expressão popular “correndo atrás da máquina” se aplica bem. Como afirma Adorno,

A vida, modelada até suas últimas ramificações pelo princípio da equivalência, se esgota na reprodução de si mesma, na reiteração do sistema, e suas exigências se descarregam sobre os indivíduos tão dura e despoticamente, que cada um deles não pode se manter firme contra elas como condutor de sua própria vida, nem incorporá-las como algo específico da condição humana (1996, p. 399).

Em todo o caso, os trabalhadores são convidados a uma maior participação na produção, utilizando de sua criatividade, da capacidade de resolver problemas, numa maior comunicação com os colegas. É bastante duvidoso que essa formação contribua para a autonomia, na medida em que, novamente, está amarrada a uma práxis em que o critério da utilidade é o que determina todo o resto. A “boa reflexão”, a “boa iniciativa” é aquela que resulta em aumento da produtividade. Alguma coisa é racional se é útil, ou seja, se contribui para o desenvolvimento do processo de acumulação através do aumento da produtividade (HORKHEIMER, 1976).

Tal pode ser percebido também na velocidade em que são mudados os currículos escolares. É muito comum encontrarmos, especialmente nas universidades privadas onde os estudantes matriculam-se em poucas disciplinas, alunos que não sabem em que semestre estão e que não têm uma idéia clara de seu currículo. Ou seja, não têm autonomia em sua formação e procuram desesperadamente adaptar-se às necessidades do mercado, as quais também não conhecem com clareza. Como afirma Zuin, “a velocidade de reposição dos conteúdos absorvidos, que exige a adaptação não só sensorial como também psicológica, parece justificar a necessidade da urgência e do imediatismo. Parece estar sempre prevalecendo a máxima de que não há tempo a perder (ZUIN, 1997, p. 118).

O fato é que, também na época da “flexibilidade”, a idéia de adaptação, do conformismo com relação às mudanças é muito forte, parecendo não haver outra saída. Como já afirmava Horkheimer, o princípio de ajustamento à realidade é dado como certo (1976, p. 18). Assim, não é à toa que uma das “novas” habilidades valorizadas no trabalhador flexível seja a capacidade de adaptação.

Como vimos na metáfora de Nonaka e Takeuchi e nos mandamentos da qualidade total, a formação do trabalhador flexível pouco preserva de autonomia e de liberdade do indivíduo. Como qualquer outra formação no capitalismo, “remete sempre a estruturas pré-colocadas a cada indivíduo em sentido heteronômico e em relação às quais deve submeter-se para formar-se. Daí que, no momento mesmo em que ocorre a formação, ela já deixa de existir. Em sua origem está já, teleologicamente, seu decair” (ADORNO, 1996, p. 397).

Diante dessa situação, a proposta de Adorno, segundo Pucci, é a recriação da tensão entre os momentos da adaptação e da autonomia:

A formação cultural seria impotente e enganosa se ignorasse sua dimensão de adaptação e não preparasse os homens para a realidade. Por sua vez ela seria incompleta e falsa se se limitasse a ajustar os homens à realidade e não desenvolvesse neles a desconfiança, a negatividade, a capacidade de resistência (PUCCI, 1997, p. 92).

Entendemos que não se trata exatamente de uma recriação da tensão autonomia-adaptação, mas da busca de um novo equilíbrio entre elas, pois, como diz Adorno, o que ocorre é uma ênfase demasiada no pólo da adaptação e, de qualquer modo, a natureza humana não deixa de manifestar-se, embora de forma “distorcida”.

3 A EXPERIÊNCIA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA ECONOMIA INFORMACIONAL

Os pensadores de Frankfurt ficaram marcados pelo nazismo e se referem permanentemente a ele. Adorno vê nessa experiência o resultado da impossibilidade, no capitalismo, de uma prática no sentido da auto-atividade de Marx e a substituição da mesma por uma sucedânea no narcisismo coletivo, que permeia as práticas sociais capitalistas e que adquiriu características extremas no fascismo. A “cegueira” da prática alienada, que impede a reflexão, foi pelo menos uma das coisas que possibilitou o fascismo: “no que se refere ao lado subjetivo, ao lado psíquico das pessoas, o nazismo insuflou desmesuradamente o narcisismo coletivo, ou, para falar simplesmente: o orgulho nacional” (ADORNO, 2000, p. 39). Essa condição, dada a continuidade da prática alienada, persiste na sociedade atual: “os impulsos narcisistas dos indivíduos, aos quais o mundo endurecido prometia cada vez menos satisfação e que mesmo assim continuavam existindo ao mesmo tempo em que a civilização lhes oferecia tão pouco, encontram uma satisfação substitutiva na identificação com o todo” (idem, p. 40).

Na economia informacional, a maior possibilidade de expressão da subjetividade, de interação entre os trabalhadores, o trabalho em grupos, mascara ainda mais a aparência de liberdade. No taylorismo-fordismo a falta de liberdade era mais manifesta, o autoritarismo imperando nas fábricas. Hoje, para além da aparência de maior liberdade e da possibilidade de auto-atividade, o que ocorre é uma mudança no conteúdo da “experiência da aparência real da satisfação idealizada”, que substitui a realidade efetiva: “a aparência de liberdade torna incomparavelmente mais difícil perceber a própria falta de liberdade de quando se opunha a falta de liberdade manifesta’ ” (ADORNO apud MAAR, 1997, p. 45).

Como vimos, a economia informacional apropria-se da subjetividade dos trabalhadores ao mesmo tempo em que apresenta a eles a possibilidade de novas formas de expressão, de iniciativa e espontaneidade. Pode-se analisar a apropriação dessa subjetividade e de como ela é canalizada enquanto expressão da natureza humana, no espaço das empresas, no contexto do que Zarifian chama de “compromisso com a empresa”.

A formação que ocorre hoje nos locais de trabalho objetiva habilitar os trabalhadores a explicitar e difundir seus conhecimentos na produção, constituindo um compromisso permanente de suas capacidades intelectuais com a empresa. É fundamental destacar que esse processo de construção de novas habilidades é em grande parte responsabilidade dos próprios trabalhadores. Esse processo, ao estar inserido na luta de classes, no sentido de que a classe trabalhadora não faça o que bem entender de suas capacidades “liberadas”, resulta em que ao mesmo tempo em que rompe com os princípios tayloristas-fordistas, a empresa precisa enquadrar as novas habilidades em condições que favoreçam o aumento da produtividade, ou seja, precisa ter sob seu controle a maior participação dos trabalhadores. Essa contradição, visto que uma maior participação dos trabalhadores não pode ser totalmente prescrita, se expressa em mecanismos que visam realizar, ao mesmo tempo, a garantia da participação e o controle da ação da força de trabalho. Como antes, a necessidade de adaptação “impede uma verdadeira existência”.

Retomando a metáfora de Nonaka e Takeuchi, é lícito reconhecer que uma atividade de trabalho que torna possível a utilização de “*insights*, intuições e pressentimentos altamente subjetivos” abre possibilidades de uma experiência autônoma dos trabalhadores. Ocorre que, no momento mesmo que surge a possibilidade dessa experiência, ela é negada. Como afirma Zarifian, o que se sucede não é o fim da prescrição, mas seu deslocamento, das tarefas de execução para algo mais subjetivo, que é o “compromisso com a empresa”. O ambiente criado permite a liberação da subjetividade do trabalhador e ao mesmo tempo a submissão dessa aos objetivos da produtividade das novas formas organizacionais. As novas possibilidades de auto-atividade, assim que nascem, ficam comprometidas.

Em que pese os momentos de incerteza mobilizem a criatividade dos trabalhadores e, com certeza, a reflexão, as mesmas não deixam de estar atreladas ao

imediatismo. Como diz Adorno, a necessidade de responder de forma imediata às exigências da prática impede o pensamento crítico (1995).

4 CULTURA E SEMICULTURA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO NO TRABALHO

Uma tentativa de avaliar a cultura presente na formação do trabalhador flexível com base na teoria da semicultura pode parecer, a princípio, fora de lugar, na medida em que qualquer formação para o trabalho no capitalismo estaria enquadrada, *a priori*, na semicultura. Porém, como esses novos saberes são promulgados como um alargamento dos horizontes culturais dos trabalhadores, nos parece adequado fazer uma crítica de suas limitações e possibilidades. E, seguindo Pucci (1997), pensamos que “mesmo carregando em suas análises questionadoras, Adorno (...) ressalta a importância de se buscar os resquícios da dimensão formativa presentes no contexto da semiformação” (p. 97).

A economia informacional ampliou as necessidades de formação escolar. Trabalhadores das empresas formados para o trabalho no paradigma taylorista-fordista tiveram que voltar aos estudos, concluir o ensino fundamental e até o médio. As gerações mais jovens precisam concluir o ensino médio, no mínimo. É necessário ter maior capacidade de raciocínio e autonomia do pensamento. Mas seguem os bens culturais sendo “neutralizados e petrificados”. Como afirma Adorno, “*isso se consegue ao ajustar o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura - e que tinham mesmo que ser os primeiros a serem modificados*” (1996, p. 394).

As possibilidades emancipatórias, no entanto, apresentam-se na medida em que a apropriação dos saberes dos trabalhadores não está predeterminada em toda a sua extensão. As classes trabalhadoras, em que pese a necessidade de assimilarem os novos conhecimentos como uma forma de adaptação, sem a qual perdem seu lugar no mercado de trabalho, podem aproveitá-los de maneira diferente do previsto e freqüentemente é o que fazem.

Como afirma Adorno, é necessário confrontar a tese da semiformação com os dados empíricos. Ele acredita que o modelo da semiformação atinge principalmente os

empregados médios. Se entendermos esses empregados médios como os gestores da produção, essa assertiva é bastante verdadeira. Os gestores possuem hoje um papel crucial na relação entre os saberes tácitos dos trabalhadores e o conhecimento formal, trabalhando na conversão de um em outro. Nonaka e Takeuchi (1997) chamam esse processo de *middle-up-down* (do meio-para-cima-e-para-baixo), sendo “para cima” a alta gerência e “para baixo” os trabalhadores da produção. Sua formação, portanto, é estratégica no que se refere a manter tudo dentro do padrão esperado. Desse modo, a tese da semiformação pode aí ser verificada de forma ampla.

Mas essa mesma unicidade, como diz Adorno, é difícil de ser comprovada nas “camadas baixas”. A semiformação, assim, delineia mais uma tendência: “é possível que inúmeros trabalhadores, pequenos empregados e outros grupos, graças à sua consciência de classe ainda viva, embora debilitada, não caiam nas malhas da semiformação” (1996, p. 395). Embora essa constatação não invalide a tendência geral da semiformação, na medida em que “seu estabelecimento está tão de acordo com os interesses decisivos e se adequam tanto às manifestações culturais atuais”, abre a possibilidade de resistência por parte das camadas mais baixas dos trabalhadores.

Analisando a indústria cultural, Zuin afirma que a apropriação da cultura é feita de forma deturpada, na medida em que sua produção é feita com base em padrões e funcionalidade, “em detrimento da emancipação e da objetivação de consciências críticas” (ZUIN, 1997, p.122). As empresas que investem na ampliação da escolaridade de seus funcionários expressam claramente que o objetivo principal é poder contar com trabalhadores mais participativos e integrados aos ideais das mesmas. Como afirma o diretor de uma empresa extrativista, para aumentar a competitividade é necessário investir em formação, pois “se a pessoa não entende o que faz, de que maneira ela pode fazer melhor com menor custo?” Assim, a formação está ligada à necessidade de “entender” melhor a produção, implicando esse entendimento um maior compromisso dos trabalhadores: “as pessoas com educação, com clareza das coisas do mundo em que vivem, do meio em que atuam, elas conseguem perceber melhor o papel delas numa organização como a empresa. Se a pessoa tem instrução entende... qual é minha missão aqui?”

O objetivo da empresa, como fica claro na fala desse diretor, vai além de que os trabalhadores possuam um certificado de conclusão do ensino fundamental ou médio. “Entender”, nesse sentido, significa ter a capacidade de assimilar as idéias da empresa,

tornando todos os momentos vividos no trabalho momentos de vivência pela empresa. Esse mesmo conteúdo é possível constatar na fala de uma supervisora de recursos humanos de uma metalúrgica, quando afirma que um dos objetivos da ampliação da escolaridade é “fazer com que as pessoas sejam mais críticas, que não façam o trabalho simplesmente por fazer”.

Nas pesquisas que realizamos sobre ampliação da escolaridade nas empresas, é freqüente o uso de expressões como “mais esclarecidos”, “abriu horizontes” etc, utilizadas pelos supervisores de produção, coordenadores de recursos humanos e até mesmo por trabalhadores, para traduzir o impacto da educação em suas vidas. Tais expressões carregam consigo, em nossa opinião, um caráter positivo da educação, no sentido de emancipação. Parece significar uma espécie de “entrada tardia” desses trabalhadores na modernidade. De fato, para Castells, as novas tecnologias de informação, apesar dos obstáculos impostos pelo autoritarismo das gerências e do “capitalismo explorador”, acabam exigindo maior liberdade dos “trabalhadores esclarecidos” para que eles atinjam o “pleno potencial da produtividade prometida” (CASTELLS, 1999, p. 263).

Nosso pensamento é que não devemos desprezar o impacto na motivação e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores proporcionado pelo aumento de seus conhecimentos formais. Os trabalhadores afirmam que o simples fato de “conhecer mais” poderá lhes trazer benefícios, como poder auxiliar melhor no desenvolvimento dos filhos, o que resulta em maiores oportunidades de convivência com a família. O que ocorre é que as empresas sabem muito bem se utilizar desse desejo de “saber mais”.

CONCLUSÃO

Os estudos que temos realizado sobre as práticas educativas nas empresas revelam que, de fato, nas novas tecnologias, existe a tendência de uma maior interação entre os trabalhadores, onde uma maior capacidade de raciocínio é exigida. Os trabalhadores mostram-se em parte satisfeitos em poder participar mais ativamente da produção. Ao mesmo tempo revelam sua incerteza frente aos desenvolvimentos da tecnologia e em que medida ela pode lhes trazer, no futuro, melhorias em suas condições de vida.

É necessário destacar que a tecnologia tem profundas ligações com as lutas dos trabalhadores. Muitas das técnicas do toyotismo são apropriações de capacidades manifestadas pelos trabalhadores recuperadas pelo capital. Mesmo no taylorismo-fordismo a força de trabalho não era totalmente passiva diante das técnicas de produção, e isso os grandes gestores capitalistas sempre souberam. A questão é que essas capacidades ativas eram objeto de repressão por parte do capital, enquanto hoje elas tornaram-se objeto de apropriação.

Assim, a atual expansão cultural associada à economia informacional não parece ser despreocupada e alegre, do modo como se referia Adorno ao *boom* da formação nos anos 60. Ela está estreita e anunciadamente ligada aos requisitos da produção e, para os trabalhadores brasileiros, adquire ares de desespero para permanecer ou entrar no mercado de trabalho. Tanto quanto antes, porém, tal expansão carrega consigo sua “aniquilação”.

Mas o fato de o aspecto instrumental ter se imposto historicamente na formação, decorrente da subordinação da razão aos mecanismos do mercado, não pode levar-nos a esquecer que, por trás do mercado, dos seus mecanismos, da razão instrumental, existem relações e classes sociais. A razão instrumental se impôs porque ela serve aos mecanismos de mercado e porque a classe que é favorecida pelos mecanismos de mercado é a classe dominante, que domina prática ideologicamente e, portanto, confere o conteúdo determinante da razão. A razão emancipatória ou instrumental não é um sujeito impessoal, desligado da história. É necessário entendê-la em seus nexos com as ideologias e as classes, com as lutas de classes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 29-49.

_____. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 202-229.

_____. Teoria da semicultura. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XVII, n. 56, p. 388-411, dez. 1996.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 1.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOLHA DE SÃO PAULO; SEBRAE. Os 10 mandamentos da qualidade. 13 março 1994. Caderno Especial Qualidade Total.

HORKHEIMER, Max. *O eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Textos escolhidos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LUKES, Steven. Emancipação. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 124-125.

MAAR, Wolfgang Leo. A formação em questão: Lukács, Marcuse e Adorno. A gênese da indústria cultural. In: ZUIN, Álvaro Soares; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. *A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1997, p. 45-88.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PUCCI, Bruno. A teoria da semicultura e suas contribuições à teoria crítica da educação. In: ZUIN, Álvaro Soares; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. *A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; UFSCar: 1997, p. 89-115.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1963.

ZARIFIAN, Philippe. *El modelo de competencia y los sistemas productivos*. Oficina Internacional del Trabajo. Cinterfor, Montevideu. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/papel/8/pdf/papel>

8_3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2003.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A indústria cultural e as consciências felizes: psiques reificadas em escala global. In: ZUIN, Álvaro Soares; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. *A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos: UFSCar, 1997, p. 117-137.